

# Covas faz campanha por 4 anos

Garantida a realização da Convenção em julho, o grupo político do senador Mário Covas parte, agora, para tentar assegurar o apoio da maioria dos convencionais para suas teses principais: mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e um enfoque progressista nos capítulos social e econômico da Constituinte. Covas vai intensificar os contatos com as bases e os convencionais do partido em todo o país, enquanto um grupo de parlamentares articulado na segunda-feira na residência do deputado Maurício Fruet também visitará os estados e utilizará mala direta com os convencionais, numa verdadeira campanha.

Covas promoverá durante a Convenção diversas pesquisas com os convencionais definindo o pensamento majoritário do partido sobre as questões polêmicas que estão dividindo sua bancada na Constituinte. O deputado Maurício Fruet, presidente do PMDB no Paraná, realizará uma convenção regional em seu estado e está estimulando encontros semelhantes em outros Estados.

Os setores mais conservadores do PMDB, contrários à realização da Convenção Nacional, não estão gostando da mobilização prometida pelos progressistas. O deputado Roberto Cardoso Alves, por exemplo, está em pregação aberta contra a legitimidade da Convenção, mesmo assim confia no trabalho dos governadores fechados com um mandato de cinco anos para o presidente Sarney para neutralizar a ofensiva progressista, progressista.

O deputado Miro Teixeira diz que os conservadores, depois de tentarem inutilmente impedir a realização da Convenção, questionam agora sua legitimidade "num reconhecimento antecipado da derrota. O partido vai mostrar o que é realmente e nós já estamos trabalhando junto às bases neste sentido. Vamos realizar uma grande convenção".

Amanhã, a Executiva Nacional do PMDB se reúne para formalmente convocar a Convenção e tomar as providências legais e logísticas para a sua realização. O deputado Ulysses Guimarães marcou ontem a reunião da executiva, ao receber em seu gabinete o grupo pró-convenção comandado por Covas, Maurício Fruet, Miro Teixeira e o ex-governador Gonzaga Motta. Na ocasião, Fruet lhe entregou formalmente o requerimento de convocação, subscrito por convencionais que totalizam 321 votos e informou que novas listas de adesões ainda estão por chegar. Eram necessários apenas 304 votos para a convocação automática da



Josemar Gonçalves

Após o acordo com Ulysses, Fruet (ao seu lado) e Covas lutam para aprovar mandato de 4 anos

## Líder vê aceitação à tese parlamentar

"Acho que a opinião do líder Carlos Santana demonstra que ele já está aceitando o sistema parlamentarista". O comentário foi feito, ontem, pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, referindo-se ao fato de o deputado baiano ter apoiado o nome do deputado Ulysses Guimarães para o cargo de primeiro-ministro, caso o sistema parlamentarista venha a ser efetivamente aprovado pela Constituinte.

Já o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, observou que, quando se trata do preenchimento de um cargo importante como o de primeiro-ministro, fica difícil esquecer o nome do deputado Ulysses Guimarães.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não atribui, hoje, grande importância ao fato de a Comissão de Organização dos Poderes do Estado ter aprovado o sistema parlamentar de governo, com um mandato de cinco anos para o presidente da República, que exercerá as funções de chefe de Estado. Ele acentuou não ser ainda uma

que vai continuar lutando pelos quatro anos de mandato presidencial.

O senador paulista admitiu também que não se pode esquecer o nome do deputado Ulysses Guimarães quando se fala na escolha do primeiro-ministro, mas observou que o nome do parlamentar não é o único para ocupar o cargo, e, quanto à duração do mandato presidencial, frisou que seu partido ainda não tem uma definição, o que somente acontecerá quando a convenção nacional se reunir, na segunda quinzena de julho.

Lembrou, no entanto, que alguns diretórios regionais, como o de São Paulo, tem posição majoritária a favor de apenas quatro anos, e, se a convenção nacional confirmar essa posição, terá condições de defendê-la da tribuna.

O senador paulista acha que as tendências das Subcomissões e Comissões Temáticas poderão sofrer modificações ao longo dos seus trabalhos, não se podendo considerar definitiva nenhuma decisão em relação à duração do

## PMDB aponta irregularidade em Pernambuco

Recife — Depois de ter feito protestos intramuros — queixou-se diretamente ao presidente Sarney e ao deputado Ulysses Guimarães — o PMDB de Pernambuco tornou pública ontem uma denúncia que há tempos vinha circulando dentro do partido: o líder peemedebista na Assembleia Legislativa de Pernambuco, Marcus Cunha, afirmou que o Ministério e a LBA estão administrando "um governo paralelo no Nordeste, à revelia da Sudene e dos governadores, com o propósito de ganhar as eleições municipais do próximo ano".

Segundo Cunha, prefeitos pernambucanos estão sendo procurados por assessores do ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcanti, do PFL, "para a realização de convênios e contratos de execução de obras municipais a pretexto de socorrer às populações atingidas pela seca, enquanto a Sudene espera desde o dia 5 de junho que o ministério libere os recursos por ela solicitados para as obras da seca, de com levantamento que recebeu dos governadores, todos de-

# Sarney concede a segunda entrevista coletiva no Brasil

O presidente José Sarney concede hoje sua segunda entrevista coletiva à imprensa brasileira, dentro do Brasil. Marcada para as 11 horas, no auditório do edifício anexo do Palácio do Planalto, a entrevista será retransmitida para todo o país em cadeia de rádio e televisão. Vinte e três jornalistas, dos 207 credenciados no Comitê de Imprensa da Presidência da República, foram sorteados para participarem da entrevista. Ontem, o chefe do Gabinete Civil da presidência, ministro Costa Couto, estava interessado em saber dos jornalistas se as perguntas seriam mais sobre política ou mais sobre economia.

A entrevista coletiva a ser concedida hoje atende a uma antiga reivindicação dos jornalistas responsáveis pela cobertura da Presidência da República. Esta reivindicação foi levada ao presidente Sarney pelo presidente do Comitê, jornalista Bartolomeu Rodrigues, do jornal O Estado de S. Paulo. Na ocasião, as relações entre a imprensa e o governo estavam bastante desgastadas porque os jornalistas tinham sido proibidos de transitar pelo terceiro andar do Palácio do Planalto, onde funciona o gabinete do Presidente da República.

Rodrigues disse então ao

presidente Sarney que o presidente da República «precisava olhar de frente os jornalistas, porque só assim ele estaria olhando de frente para a sociedade», afirmando ainda que Sarney não deveria «ter medo de ser sabatinado, porque isso ocorre em todas as democracias».

O presidente da República concordou então em conceder a entrevista, quando surgiu uma disputa interna na Assessoria de Comunicação Social da Presidência da República. De um lado, o jornalista Frota Neto, porta-voz da presidência, apoiado pelo ex-porta-voz, Fernando Cezar Mesquita, defendia a entrevista coletiva, enquanto o titular da Secretaria Especial de Comunicação da Administração Federal, Getúlio Bitencourt, era favorável a uma entrevista mensal de Sarney, gravada para a televisão, que deveria ser concedida ao deputado Hélio Costa. A primeira da série chegou a ser gravada, mas não foi ao ar por pressões familiares e políticas. Ficou marcada para hoje.

Sarney já concedeu duas outras entrevistas coletivas no Brasil, em junho de 85: uma para a imprensa estrangeira e outra para os jornalistas brasileiros. Seu antecessor, presidente João Batista Figueiredo, jamais concedeu entrevista dentro do Brasil.

## Políticos criticam prisão de coronel

Rubem de Azevedo Lima

A prisão disciplinar do coronel-aviador José Agostinho Maciel, por haver publicado artigo de críticas ao governo na edição do *Jornal do Brasil* de domingo último, foi considerada na Assembleia Constituinte, por políticos de formação militar, "manifestação isolada e sem maiores raízes nas Forças Armadas".

Por sinal, a punição do coronel Maciel foi criticada no plenário da Constituinte pelo líder da bancada do PDT, deputado Brandão Monteiro, do Rio de Janeiro.

O representante fluminense estranhou o tratamento diferenciado entre militares que criticam uma situação real do país e os que se manifestam, como o coronel

de dificuldades em face da crise econômica. Pelos regulamentos, porém, estamos sujeitos a sanções disciplinares, quando, na condição de militar, fazemos críticas públicas aos chefes e às autoridades".

Após acentuar que, em sua opinião, no caso do coronel Maciel, «o comportamento do militar punido não era a ponta de um grande iceberg de descontentamento existente nas Forças Armadas», negou o informante que "também pudesse haver ligação entre a punição de agora e episódio da missa pela passagem do aniversário da morte do brigadeiro Eduardo Gomes, criador do Correio Aéreo Nacional". Nesse caso, ao que disse, houvera manifestação de inconformidade política velada, com relação à condução da atual política